

mácia até que sejam cumpridas as determinações da Direcção-Geral de Assuntos Farmacêuticos»; leia-se hoje INFARMED;

Considerando que os factos supra-identificados indiciam uma situação de má prática do exercício farmacêutico e mau funcionamento da Farmácia, não garantindo assim um acesso de qualidade e segurança aos medicamentos em termos de salvaguardada da saúde pública;

Considerando que, não constando do quadro de pessoal da Farmácia mais nenhum farmacêutico, a Farmácia não pode continuar aberta ao público, por razões de saúde pública e para a protecção individual da saúde dos utentes, e com vista a evitar qualquer risco que advenha da prática de actos farmacêuticos, nomeadamente o aviaamento de receituário que exige a presença de um farmacêutico que assuma a sua responsabilidade;

Assim, ao abrigo do disposto nas alíneas h), j), k) e l) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 495/99, de 18 de Novembro, e nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 56.º, do n.º 1 do artigo 66.º, do n.º 1 do artigo 68.º, do artigo 69.º e do artigo 82.º, conjugado com o artigo 131.º, todos do Decreto-Lei n.º 48 547, de 27 de Agosto de 1968, e com fundamento nos factos acima descritos, o conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED) delibera ordenar o encerramento imediato das instalações da Farmácia Carrondo, titular do alvará n.º 348, de 10 de Setembro de 1943, sitas na Rua do Padre Sena Freitas, 10, em Lisboa, na freguesia de Penha de França, concelho de Lisboa, distrito de Lisboa, e o conseqüente não fornecimento de medicamentos ao público, ficando obrigada a proprietária e directora técnica da Farmácia Carrondo, no prazo de três meses a contar da data de colocação do auto de encerramento, corrigir as deficiências verificadas, sob pena de ser cassado o respectivo alvará e, por consequência, encerrada definitivamente a Farmácia Carrondo, sita na Rua do Padre Sena Freitas, 10, em Lisboa, na freguesia de Penha de França, concelho de Lisboa.

Mais delibera que a presente deliberação é de execução imediata, dispensando para tal, nos termos do artigo 103.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo (CPA), a formalidade da audiência prévia prevista no artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), porquanto se trata de uma decisão urgente, dado que estamos perante a existência de uma situação em que o exercício da actividade farmacêutica e a dispensa de medicamentos ao público, em termos de protecção da saúde pública e em particular da saúde individual, é efectuado pela ausência do cumprimento das normas técnicas e de boas práticas de farmácia exigidas para a dispensa de medicamentos, pelo que é urgente fazer cumprir o determinado nesta deliberação como forma de fazer cessar de imediato todos os riscos que advêm da prática continuada de actos farmacêuticos exercidos na Farmácia Carrondo, sita na Rua do Padre Sena Freitas, 10, em Lisboa, na freguesia de Penha de França, concelho de Lisboa.

25 de Maio de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

Deliberação n.º 819/2005. — Considerando que a sociedade Botelho & Rodrigues, L.ª, com sede social na Travessa do Giestal, 46, 1.º, esquerdo, 1300 Lisboa, é detentora da autorização provisória para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano, concedida ao abrigo do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, com o registo A007/97, de 10 de Março, para as instalações sitas na Rua de Manuel Pinto de Azevedo, 12 e 14, 4100-320 Porto;

Considerando que a sociedade Botelho & Rodrigues, L.ª, não procedeu à submissão de processo para obtenção de autorização definitiva para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho;

Considerando que a sociedade Botelho & Rodrigues, L.ª, não está a exercer a actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, nas instalações sitas na Rua de Manuel Pinto de Azevedo, 12 e 14, 4100-320 Porto;

Assim, o conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 495/99, de 18 de Novembro, e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, delibera revogar a autorização provisória para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano com o registo A007/97, de 10 de Março, emitida à sociedade Botelho & Rodrigues, L.ª, para as instalações sitas na Rua de Manuel Pinto de Azevedo, 12 e 14, freguesia de Ramalde, concelho do Porto, distrito do Porto.

27 de Maio de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal.

Deliberação n.º 820/2005. — Considerando que a sociedade António Duarte Coelho, Herdeiros, L.ª, com sede social em Terreiro do Marmeleiro, 9 e 10, 3000-390 Coimbra, é detentora do alvará de armazém de medicamentos especializados e produtos químicos medicinais, concedido ao abrigo do artigo 15.º e parágrafos do Decreto-Lei n.º 17 636, de 19 de Novembro de 1929, com o registo n.º 456, de 16 de Dezembro de 1953, para as instalações sitas no Terreiro do Marmeleiro, 9 e 10, Coimbra;

Considerando que, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, e conforme determinado no seu artigo 16.º, as entidades que se dedicavam à actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano deviam, no prazo de 180 dias, iniciar o processo conducente à obtenção da autorização que lhes permitisse continuar a exercer a actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano;

Considerando que a inobservância do disposto no n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, determina o encerramento dos estabelecimentos pelo INFARMED, conforme estatuído pelo n.º 2 do supramencionado normativo legal;

Considerando que a sociedade António Duarte Coelho, Herdeiros, L.ª, não remeteu a este Instituto documentação para obtenção de autorização para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, tendo a sociedade sido notificada pelo ofício n.º 21 152, de 7 de Abril de 2005, para proceder ao envio do original do alvará n.º 456, de 16 de Dezembro de 1953, com vista a ser efectuado o cancelamento do alvará, tendo a correspondência sido devolvida;

Assim, o conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 495/99, de 18 de Novembro, e do artigo 16.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, delibera revogar o alvará de armazém de medicamentos especializados e produtos químicos medicinais, com o registo n.º 456, de 16 de Dezembro de 1953, concedido à sociedade António Duarte Coelho, Herdeiros, L.ª, para as instalações sitas no Terreiro do Marmeleiro, 9 e 10, 3000-390 Coimbra, freguesia de Santa Cruz, concelho de Coimbra, distrito de Coimbra, e ordenar a publicação no *Diário da República* da presente deliberação, bem como a notificação a todos os interessados da mesma.

27 de Maio de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Alexandra Bordalo*, vogal.

Deliberação n.º 821/2005. — Considerando que a sociedade ISARDENTAL — Material Dentário, L.ª, com sede social na Rua de Óscar da Silva, 179, 4200 Porto, é detentora da autorização provisória para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano, concedida ao abrigo do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, com o registo A030/97, de 8 de Outubro, para as instalações sitas na Rua de Óscar da Silva, 179, 4200 Porto;

Considerando que a sociedade ISARDENTAL — Material Dentário, L.ª, não procedeu à submissão de processo para obtenção de autorização definitiva para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho;

Considerando que a sociedade ISARDENTAL — Material Dentário, L.ª, não está a exercer a actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, nas instalações sitas na Rua de Óscar da Silva, 179, 4200 Porto;

Assim, o conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 495/99, de 18 de Novembro, e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, delibera revogar a autorização provisória para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano com o registo A030/97, de 8 de Outubro, emitida à sociedade ISARDENTAL — Material Dentário, L.ª, para as instalações sitas na Rua de Óscar da Silva, 179, freguesia de Paranhos, concelho do Porto, distrito do Porto.

Ordenar a publicação no *Diário da República* da presente deliberação, bem como a notificação a todos os interessados da mesma.

27 de Maio de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

Deliberação n.º 822/2005. — Considerando que a sociedade CROPSA — Produtos para Pecuária, L.ª, com sede social na Avenida de Fontes Pereira de Melo, 31, 5.º, C, 1050-117 Lisboa, é detentora da autorização provisória para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos veterinários, concedida ao abrigo do Decreto-Lei n.º 184/97, de 26 de Julho, com o registo A007/V/2000,

de 17 de Abril, para as instalações sitas na Alameda dos Oceanos, lote 4.65.01, Parque das Nações, 1990-505 Lisboa;

Considerando que a sociedade CROPSA — Produtos para Pecuária, L.^{da}, não procedeu à submissão de processo para obtenção de autorização definitiva para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos veterinários, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 184/97, de 26 de Julho;

Considerando que a sociedade CROPSA — Produtos para Pecuária, L.^{da}, não procedeu ao envio do original da autorização provisória para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos veterinários, com o registo A007/V/2000, de 17 de Abril, concedida ao abrigo do Decreto-Lei n.º 184/97, de 26 de Julho;

Assim, o conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 495/99, de 18 de Novembro, e do artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 184/97, de 26 de Julho, delibera revogar a autorização provisória para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos veterinários com o registo A007/V/2000, de 17 de Abril, emitida à sociedade CROPSA — Produtos para Pecuária, L.^{da}, para as instalações sitas na Alameda dos Oceanos, lote 4.65.01, Parque das Nações, freguesia de Moscavide, concelho de Lisboa, distrito de Lisboa.

Ordenar a publicação no *Diário da República* da presente deliberação, bem como a notificação a todos os interessados da mesma.

27 de Maio de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

Deliberação n.º 823/2005. — Considerando que a sociedade Glaxo Wellcome Farmacêutica, L.^{da}, com sede social na Rua do Dr. António Loureiro Borges, 3, ARQUIPARQUE, 1495 Algés, é detentora da autorização provisória para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano, concedida ao abrigo do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, com o registo A025/97, de 31 de Julho, para as instalações sitas na Estrada de Alfragide, lote 107, Pavilhão A-2, cave, Alfragide, 2700 Amadora;

Considerando que a sociedade Glaxo Wellcome Farmacêutica, L.^{da}, não procedeu à submissão de processo para obtenção de autorização definitiva para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho;

Considerando que a sociedade Glaxo Wellcome Farmacêutica, L.^{da}, não está a exercer a actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, e que procedeu ao envio do original da autorização provisória para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano, com o registo A025/97, de 31 de Julho, concedida ao abrigo do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho;

Assim, o conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 495/99, de 18 de Novembro, e do Decreto-Lei n.º 135/95, de 9 de Junho, delibera revogar a autorização provisória para o exercício da actividade de distribuição por grosso de medicamentos de uso humano com o registo A025/97, de 31 de Julho, emitida à sociedade Glaxo Wellcome Farmacêutica, L.^{da}, para as instalações sitas na Estrada de Alfragide, lote 107, Pavilhão A-2, cave, Alfragide, freguesia de Alfragide, concelho da Amadora, distrito de Lisboa.

27 de Maio de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 13 123/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, delego na chefe do meu Gabinete, licenciada Maria José Matos Morgado, a competência para a prática dos seguintes actos:

- Gestão do pessoal do Gabinete;
- Preparação da proposta de orçamento do Gabinete;
- Gestão do orçamento do Gabinete e autorizar, nos termos do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril, as alterações orçamentais que se revelem necessárias à sua execução e que não careçam da intervenção do Ministro das Finanças;
- Autorizar a constituição de fundos de maneiço por conta do orçamento do Gabinete;

- Autorizar o processamento de despesas cujas facturas, por motivo justificado, dêem entrada nos serviços além do prazo regulamentar;
- Autorizar, nos termos legais, a antecipação de duodécimos;
- Autorizar a prestação do trabalho extraordinário nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados;
- Autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, por conta das dotações orçamentais do Gabinete, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 197/99, de 8 de Junho, e 104/2002, de 12 de Abril, até ao limite dos montantes referidos nas competências atribuídas aos directores-gerais;
- Autorizar o processamento de despesas resultantes de deslocações em serviço, com ou sem abono antecipado de ajudas de custo;
- Autorizar a requisição de guias de transporte, incluindo via aérea, ou a utilização de viatura própria por membros do Gabinete ou individualidades que tenham de se deslocar em serviço do mesmo;
- Autorizar a utilização de carro de aluguer, quando indispensável e o serviço o exigir;
- Autorizar a requisição de passaportes de serviço oficial, nos termos do Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de Maio, a favor de individualidades designadas por mim e cuja viagem constitua encargo do Gabinete;
- Despacho dos assuntos correntes relativos a grupos de trabalho ou comissões, bem como serviços ou programas especiais que funcionem na dependência directa do Gabinete;
- Despacho de assuntos relativos a funções específicas do Gabinete sobre os quais tenha havido orientação superior prévia, designadamente as que se referam a decisões sobre requerimentos que delas careçam.

2 — Ao abrigo do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, designo o adjunto do meu Gabinete licenciado Mário Lehmann Veloso de Araújo para substituir a chefe do Gabinete nas suas ausências ou impedimentos.

3 — São ratificados todos os actos praticados pela chefe do meu Gabinete, no âmbito definido no n.º 1 do presente despacho, desde 14 de Março de 2005.

5 de Maio de 2005. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

Despacho n.º 13 124/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e considerando as disposições conjugadas do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, e do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Regulamentar n.º 8/2004, de 28 de Abril, dou por finda, a seu pedido, a comissão de serviço do licenciado Carlos Miguel Aleixo Dantas Aveiro no cargo de director regional-adjunto de Educação de Lisboa, do Ministério da Educação, cargo para o qual havia sido nomeado nos termos do despacho n.º 21 630/2004 (2.ª série), de 29 de Setembro.

2 — O presente despacho produz os seus efeitos a partir de 29 de Maio de 2005.

27 de Maio de 2005. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

Despacho n.º 13 125/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e considerando as disposições conjugadas do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, e do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Regulamentar n.º 8/2004, de 28 de Abril, dou por finda, a seu pedido, a comissão de serviço do mestre Lourenço da Conceição Frazão no cargo de director regional-adjunto de Educação de Lisboa, do Ministério da Educação, cargo para o qual havia sido nomeado, nos termos do despacho n.º 21 715/2004 (2.ª série), de 29 de Setembro.

2 — O presente despacho produz os seus efeitos a partir de 29 de Maio de 2005.

27 de Maio de 2005. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

Despacho n.º 13 126/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e considerando as disposições conjugadas do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, e do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Regulamentar n.º 8/2004, de 28 de Abril, dou por finda, a seu pedido, a comissão de serviço do licenciado António Luís dos Santos Canelas no cargo de director regional-adjunto de Educação de Lisboa, do Ministério da Educação, cargo para o qual havia sido nomeado, nos termos do despacho n.º 21 830/2004 (2.ª série), de 11 de Outubro.